

Editorial

Chegamos ao final de mais um ano, o primeiro do século vinte e um, marcado por inúmeras crises na educação brasileira. Este ano, particularmente, a greve dos cem dias das universidades públicas federais trouxe, para todos os educadores e pesquisadores da área da educação, inquietações e angústias, tal o quadro que se avizinha para os próximos anos, caso a política para a educação superior brasileira continue trilhando o mesmo caminho.

Em que pese o atual contexto da educação nacional, nós, do Conselho Editorial da Série-Estudos, podemos considerar que temos motivos para comemorar. O número doze, que trazemos a público, recebeu inúmeras contribuições de pesquisadores renomados, de diversas universidades do país, o que nos possibilitou, inclusive, inaugurar a sessão "Ponto de Vista". Outro aspecto é a adesão do professor doutor Marcos Loureiro – coordenador do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Goiás e vice-coordenador do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – ao corpo de pareceristas da Revista. Junta-se a esses fatores a decisão da Editora UCDB em ampliar a tiragem de publicação para mil exemplares, fato este que expande a sua divulgação e a sua inserção nacional.

Neste número, todos os textos trazem reflexões fundamentais sobre os problemas educacionais brasileiros. A sessão **Ponto de Vista** apresenta dois artigos que analisam a educação na perspectiva do novo século. Em *"A educação que queremos para o século XXI"*, Walter Garcia analisa *"os quatro princípios básicos da educação"* contidos na Relatório da UNESCO, focalizando as novas tarefas da educação, a gestão escolar, o equilíbrio federativo e a rearticulação entre estados e municípios. Apresentado em vários eventos científicos, nacionais e internacionais, o texto subsidiou a conferência realizada pelo autor na comemoração dos 40 anos de criação dos cursos de pedagogia e letras da Universidade Católica Dom Bosco, em outubro de 2001. Integrando a mesma sessão, Paolo Nosella analisa outra perspectiva para a educação do século XXI, ao afirmar que *"os educadores, na atualidade, são chamados a elaborar um novo estatuto pedagógico, assentado no princípio educativo que integra trabalho e tempo livre"*. Em seu artigo, denominado *"A educação do século XXI: integrar trabalho e tempo livre"*, examina a dicotomia existente na civilização ocidental, entre o mundo da necessidade e o mundo da liberdade, e conclui que *"encontrar o homem para além das ilusões das imagens, integrar suas atividades de produção e de prazer, é o grande desafio atual da educação"*.

A sessão **Artigos** está composta de doze textos.

Analisando uma temática pouco explorada pelos pesquisadores na área da educação, Antônio Brand apresenta questões relacionadas ao Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI. No texto, intitulado *"Educação escolar indígena: o desafio da*

interculturalidade e da equidade”, o autor afirma que o RCNEI “*apóia-se no reconhecimento do caráter multiétnico do país e na autonomia dos povos indígenas, entendendo a escola como espaço de exercício de cidadania*”. Mas, para que esse princípio se torne uma realidade efetiva, muitos desafios estão postos, notadamente aqueles relacionados aos professores que devem trabalhar com o “*diferente*”, sem reproduzir o processo de exclusão social e econômica a que são submetidos os povos indígenas.

Claudia Maria Gontijo, no artigo “*O conceito de apropriação na perspectiva histórico-cultural*”, analisa, inicialmente, as questões biológicas e culturais presentes “*no desenvolvimento infantil e o processo que torna possível a constituição no plano individual das funções psíquicas que são formadas no plano social*”. Em seguida, reflete sobre o conceito de apropriação, com base na fundamentação teórica do materialismo histórico-dialético. Conclui afirmando que a “*apropriação pelos indivíduos dos resultados do desenvolvimento histórico é possível por meio da mediação sócio-cultural, que possibilita as relações entre as pessoas e, ao mesmo tempo, sintetiza, cristaliza as práticas sociais humanas, traduzidas em idéias, valores, saber fazer, tradições, etc.*”.

Ao analisar os “*avanços e recuos*” do Plano Nacional de Educação – PNE, Cristiano do Amaral Garboggini Di Giorgi toma “*como referência o que seria necessário para assegurar uma educação básica de qualidade para todos*”. Por meio de uma reflexão sobre a história da tramitação do Plano no Congresso Nacional, o autor afirma que somente “*a participação ampla da sociedade civil pode criar condições para que as metas do PNE saiam do papel*” e possam, efetivamente, assegurar uma educação de qualidade.

No artigo “*A questão das fontes de investigação em História da Educação*”, Ester Buffa analisa as “*principais correntes epistemológicas*” e suas influências no “*processo de produção do conhecimento histórico, particularmente no âmbito da história da educação*”. O texto, inicialmente apresentado no 11º Congresso de Leitura da Unicamp, em julho de 1997, descreve os resultados de pesquisas realizadas em parceria com Paolo Nosella, sobre instituições escolares da cidade de São Carlos. A autora afirma que o desafio metodológico dessas pesquisas “*tem sido o de articular adequadamente alguns princípios teóricos gerais aos dados empíricos encontrados nos arquivos das velhas escolas*”, o que tem se constituído, para ambos, em grande desafio, especialmente em “*tempos tão sombrios para a universidade pública e para os pesquisadores*”.

Eliana Aparecida Cogo e Vicente Fideles de Ávila, em “*O complexo desafio da qualidade em educação escolar no Brasil*”, refletem sobre o conceito de qualidade em educação, “*uma das mais importantes tarefas, já que o termo qualidade não tem o mesmo significado, nem é acompanhado e controlado por meio de um mesmo processo*...”, pois está permeado por conotações ideológicas e culturais. Discutem a noção de qualidade total para a área econômico-empresarial e para a área educacional, mostrando que esta é uma questão polêmica e pouco discutida pelos pesquisadores.

Examinando a trajetória de quatro grandes educadores brasileiros: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, o artigo “*A educação pública no Brasil*”, de autoria de Fernando Casadei Salles, oferece uma contribuição para a história da formação da consciência político-pedagógica no Brasil. O autor afirma que esses educadores exerceram

"influência direta" na educação brasileira, destacando-se na luta para "oferecer à nação respostas ao seu complexo problema educacional".

Helena Faria de Barros, por meio de uma pesquisa realizada com estudantes do Curso de Comunicação Social, analisa aspectos necessários à avaliação formativa. Conclui que o professor deve superar *"a contradição entre os objetivos de formação para a cidadania e para o mercado de trabalho"* e assumir a avaliação como um processo para *"reforçar, rever e redirecionar a aprendizagem"*.

Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli e Leny Rodrigues Martins Teixeira, no artigo intitulado *"A prática pedagógica docente e a formação de professores"*, analisam *"as contradições presentes no ideário pedagógico que embasa o ensino tradicional e renovado, expressas nas práticas pedagógicas dos professores"*. Refletindo sobre a polarização dos dois modelos, as autoras examinam qual o seu reflexo na formação do professor e na prática docente, concluindo que é preciso superar *"uma certa interpretação maniqueísta"* que se tem feito em relação às *"tendências pedagógicas"* e à *"formação de professores"*. Enfatizam que a *"questão essencial é dotar o professor de uma capacidade de discernimento que permita o exercício da autonomia pedagógica"*.

Examinando a temática da educação superior brasileira, o artigo *"O Estado autoritário e a reforma universitária"*, elaborado por Mariluce Bittar, focaliza o contexto em que foi gestada a Lei 5.540/68, no período da ditadura militar. Analisa os pressupostos da teoria do capital humano e sua incorporação pelo Grupo de Trabalho de Reforma Universitária – GTRU, que tinha como objetivo elaborar medidas que *"enquadrassem o ensino nos moldes da modernização acelerada"* em curso no país. Enfatiza as conseqüências da Lei da Reforma Universitária para a educação superior brasileira que já apontavam para a proliferação de instituições privadas e para a crise das universidades públicas, acirrada nos anos 80 e 90.

No artigo *"Educação jesuítica no Brasil Colonial"*, Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Junior analisam as mudanças ocorridas nas ações missionárias jesuíticas, *"quando a catequese foi superada pela fundação de colégios"* para formar os quadros da própria Companhia de Jesus e, mais tarde, os filhos da aristocracia agrária. Mostram como os colégios se tornaram *"entidades econômicas"*, mantidos pelas grandes fazendas dos padres jesuítas, nas quais se praticava a *"clássica policultura"*. Concluem que, no Brasil Colonial, *"os padres jesuítas não só arregimentaram novas almas para o rebanho da Igreja Romana, mas, também, amealhavam um substancial patrimônio econômico por meio da agropecuária"*.

O artigo denominado *"Gestão no cotidiano de escolas comunitária e pública"*, analisa as semelhanças e diferenças presentes no processo de gestão em uma escola pública e outra comunitária. As autoras, Regina Sueiro de Figueiredo, Ivone Cella, Neiva de Mattos e Líliliana Martins apresentaram a pesquisa no IV Congresso Estadual Paulista de Formação de Professores (Águas de Lindóia/SP) e concluíram que as duas escolas *"estão em diferentes estágios de implantação do modelo de gestão democrática, sendo que a comunitária encontra-se menos avançada quanto à participação de pais e funcionários"*.

Apresentando um texto oriundo de sua pesquisa de pós-doutorado, Vinício de Macedo Santos reflete sobre *"diferentes aspectos presentes na formação de pesquisadores em Educação Matemática"*. No artigo, sob o título *"Possibilidades de investigação em Educação Matemática a*

partir da universidade”, o autor considera esta área “relativamente recente”, constituindo-se em um desafio para os pesquisadores a produção de “conhecimentos necessários ao ensino e aprendizagem da Matemática”. Ao responder à questão “Por que formar investigadores em Educação Matemática?”, o articulista enfatiza a necessidade de formar pesquisadores cuja especialização esteja centrada nos “fundamentos teóricos da Educação Matemática e nos procedimentos de investigação que lhe são próprios”.

Sem dúvida, as questões e as temáticas tratadas neste número da **Série-Estudos** podem responder a diversas inquietações de professores e pesquisadores, gerar polêmicas e futuras pesquisas, divulgando e socializando o conhecimento que, certamente, transpõe as barreiras regionais.

Conselho Editorial
Natal de 2001